

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 01/Out



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3488- Ano 2025

DISTRITO FEDERAL

PLANTÃO

## OLHO VIVO

SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF



Setembro/2025

### DEMISSÕES DA 5 ESTRELAS NO HOSPITAL DE BASE E UBSSs SINDESV-DF SE REÚNE COM O IGES-DF E SECRETARIA DE SAÚDE.



Na manhã desta terça-feira, 30/09/2025, o SINDESV-DF convocou uma greve dos vigilantes que prestam serviço no Hospital de Base e UBS, pela empresa 5 Estrelas, e no início do movimento, ficamos de participar de uma reunião no IGES-DF, que aconteceu às 14 horas, com a presença de representante da Secretaria de Saúde do DF.

Pelo IGES estavam presentes o presidente, Dr. Cleber Monteiro com assessores, o Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde do DF, Dr. Valmir Lemos de Oliveira e pelo SINDESV-DF, o presidente Paulo Quadros e o Secretário do Jurídico, Florismar Vilarindo.

Tanto o Secretário Adjunto, quanto o presidente do IGES, informaram que foram pegos de surpresa e só souberam das demissões quando receberam o ofício do Sindicato comunicando sobre os avisos prévios e a paralisação. Eles disseram, também, que a 5 Estrelas já foi notificada e no prazo de cinco dias terá de justificar o motivo das demissões desses pais e mães de família.

Agora, vamos aguardar a resposta da 5 Estrelas, bem como essa resposta definirá as ações do IGES-DF e da Secretaria de Saúde do DF.

Da parte da direção do Sindicato dos Vigilantes do DF, informamos que estamos lutando para defender o emprego e a dignidade dos vigilantes,

Exigimos respeito aos vigilantes, profissionais exemplares que não merecem passar por tamanha injustiça.



NATAL, 30/09/2025

# SindForte

Sindicato Estadual dos Trabalhadores Vigilantes em Transporte de Valores Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve (Atm), Trabalhadores do Caixa Forte e Tesouraria Bancária na (Guarda e Contagem de Valores) do Estado do Rio Grande do Norte

## SindForte/RN paralisa atividades na Brasiforte contra calote de mensalidades sindicais

Nesta segunda-feira, 29 de setembro, o SindForte/RN realizou um ato de paralisação em frente à empresa Brasiforte, em protesto contra o não repasse ao sindicato das mensalidades dos associados, valores que eram regularmente descontados dos trabalhadores com autorização expressa, mas retidos indevidamente pela empresa. A ação foi liderada pela diretoria sindical composta por Antônio Fernandes, presidente do SindForte/RN; Rômulo Pessoa, Secretário-Geral; Denilson Barbosa, Diretor de Administração; Enéias Felinto, Diretor de Comunicação; além dos dirigentes Rogério Rogério, Luciano Desidério e Carlos Fernandes. O movimento também contou com o apoio de fornecedores que prestam serviços à Brasiforte e que igualmente não receberam seus pagamentos, reforçando o caráter de denúncia e cobrança do ato. Em sua fala, o presidente Antônio Fernandes destacou a gravidade da situação, lembrando que reter valores descontados dos trabalhadores sem repassar ao sindicato constitui crime de apropriação indébita. O dirigente afirmou que a prática não será tolerada e que o sindicato tomará todas as medidas necessárias para garantir que a empresa cumpra suas obrigações legais. Os diretores reforçaram que não se trata apenas de defender a entidade sindical, mas sobretudo de proteger a legitimidade dos direitos dos vigilantes que confiam na atuação do SindForte/RN. O ato demonstrou união da categoria e disposição de luta contra abusos patronais. O sindicato deixou claro que manterá vigilância constante e seguirá firme na cobrança. A mobilização foi considerada um passo fundamental para pressionar a empresa e evitar novas irregularidades. Os dirigentes ressaltaram que a transparência e o respeito são princípios inegociáveis nas relações de trabalho. Também alertaram que, se não houver solução imediata, novas ações e paralisações poderão ser organizadas. O SindForte/RN reafirma que continuará na linha de frente em defesa da categoria, exigindo respeito às normas e aos compromissos assumidos.



SEPARADOS SOMOS FRACOS, UNIDOS SOMOS IMBATÍVEIS.



# Câmara aprova regime de urgência para oito projetos de lei sobre segurança pública

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



**Hugo Motta: “a segurança pública é uma pauta urgente”**

A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para oito propostas sobre segurança pública. Os projetos com urgência podem ser votados diretamente no Plenário, sem passar antes pelas comissões da Câmara.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que as propostas foram escolhidas por sugestão do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Consep), o que representa “um consenso” entre todos os estados. “A segurança pública é uma pauta urgente, que temos de levar em consideração e trabalhar para que a sociedade possa se sentir mais segura”, disse.

**Confira os projetos de lei que passam a tramitar com urgência:**

- **PL 4176/25**, do deputado Coronel Ulysses (União-AC), que aumenta as penas nos casos de homicídio e lesão corporal contra agentes do estado;
- **PL 4331/25**, do deputado Yury do Paredão (MDB-CE), que aumenta a destinação da arrecadação com jogos de apostas de quota fixa (bets) para o financiamento da segurança pública;
- **PL 4503/25**, da deputada Delegada Ione (Avante-MG), que cria o crime de obstrução de Justiça no Código Penal;
- **PL 4332/25**, do deputado Yury do Paredão, que repassa aos estados os bens e recursos confiscados do tráfico de drogas a partir de atuação de seus órgãos policiais;
- **PL 4500/25**, do deputado Alberto Fraga (PL-DF), que aumenta a repressão aos crimes praticados por organizações criminosas;
- **PL 4333/25** do deputado Yury do Paredão, que estende a até 60 dias a prisão cautelar de flagrante em crimes com pena superior a 4 anos;
- **PL 4498/25**, do deputado Delegado Fabio Costa (PP-AL), que estabelece mecanismos de atuação colaborativa entre os órgãos de fiscalização e controle e os órgãos de persecução penal;
- **PL 4499/25**, do deputado Coronel Assis (União-MT), que tipifica o crime de domínio de cidades, quando há ordem de bloqueio de ruas ou prédios de segurança pública com uso de armas.

Reportagem – Tiago Miranda

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# Comissão sobre PEC da Segurança debate controle territorial de organizações criminosas e milícias

GettyImages



**Debate terá como foco o avanço de facções criminosas**

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC da Segurança Pública (PEC 18/25) promove, nesta quinta-feira (2), audiência pública sobre o controle de territórios por organizações criminosas e milícias.

O debate será às 9 horas, no plenário 13.

O debate atende a pedidos dos deputados General Pazuello (PL-RJ) e Mendonça Filho (União-PE). Os parlamentares querem reunir operadores de segurança pública e especialistas para discutir como o avanço de facções e milícias afeta comunidades, serviços essenciais e a ordem pública.

“Segundo estudo publicado pela Cambridge University Press, o Brasil é, com folga, o país da América Latina com o maior percentual da população vivendo sob as

regras impostas por grupos criminosos. Os dados mostram que cerca de 26% da população do país estão submetidos à chamada governança criminal”, afirma Mendonça Filho.

O objetivo do debate é também subsidiar a análise da PEC, que propõe mudanças na Constituição e a institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

## **Sobre a PEC**

Elaborada pelo governo federal, a PEC da Segurança Pública reconfigura a estrutura de segurança pública no Brasil, buscando maior integração e coordenação entre os diferentes níveis federativos e órgãos de segurança.

A proposta está baseada em um tripé:

- constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), hoje amparado por lei ordinária (Lei 13.675/18);
- amplia competências de órgãos de segurança, como a Polícia Federal (PF); e
- fortalece o papel da União no planejamento e coordenação da segurança pública.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# Presidente do TST defende regulamentação de novas formas de trabalho para evitar precarização

**Ministro Vieira de Mello Filho participou de debate no Senado Federal sobre limites entre precarização e modernização das relações de trabalho**



**O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)** e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Vieira de Mello Filho, participou nesta segunda-feira (29), no Senado Federal, da Sessão de Debates Temáticos para discutir a precarização das relações de trabalho. A iniciativa foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O objetivo foi ampliar a discussão e compreender como a terceirização, a intermediação irregular e a chamada “pejotização” impactam o acesso a direitos trabalhistas, aumentam a informalidade e comprometem a sustentabilidade da previdência social.

## **Construção de um país**

Para Vieira de Mello, esse debate diz respeito, sobretudo, ao futuro do país, e não a uma situação imediatista. “Estamos falando da construção de uma história constitucional que começa com a CLT e estabelece a proteção àqueles que trabalham no nosso país”, afirmou. “Não podemos esquecer que esse país foi construído por trabalhadoras e trabalhadores que foram todos protegidos pela CLT”.

## **Autonomia**

Ao falar sobre o trabalho por meio de plataformas digitais, o ministro ressaltou que é preciso ter a consciência de que

essas pessoas não são contempladas com o instituto da autonomia. “Autonomia seria poder definir para quem se trabalha e poder precificar o seu serviço, algo que eles não têm.”

Vieira de Mello observou que, na ausência de uma ocupação com um contrato de trabalho digno, e para não ir para a pobreza extrema, o trabalhador acaba sem “poder de barganha” e se submete às condições impostas pelas plataformas.

No mesmo sentido, ele considera que o cenário atual sobre a “pejotização” rompe com uma construção histórica de luta social, de reivindicação de direitos e de fortalecimento de classes. “Não vejo progresso nisso”, ressaltou. “Talvez o progresso seja construir uma outra legislação para determinadas formas de trabalho, mas não para desproteger”.

### **Proteção**

A desconstrução da proteção trabalhista, segundo o ministro, enfraqueceu instrumentos que, inclusive, são responsáveis por injetar dinheiro na economia, como o décimo-terceiro, o FGTS e a própria Previdência Social. “Quem vai pagar a Previdência? Quem vai ser responsável pelas gerações futuras?”, indagou.

### **Semana da Execução**

Neste aspecto, ele lembrou que a Semana Nacional da Execução Trabalhista deste ano movimentou mais de R\$ 8 bilhões. “Esses bilhões de reais que chegam para o trabalhador voltam para a economia e para os empregadores que estão combatendo a lei trabalhista”, afirmou.

Dos valores arrecadados durante a campanha, R\$ 530 milhões foram repassados aos cofres da União em contribuições previdenciárias e Imposto de Renda.

### **Fortalecimento**

Por fim, o ministro destacou a necessidade de fortalecer a classe trabalhadora e os sindicatos como forma de preservação de direitos. “Esses trabalhadores precisam de direitos, de um sindicato forte, de um retorno de classe que a pejotização, a terceirização e a precarização não permitem”, assinalou. “O futuro deve garantir uma distribuição mais justa da riqueza, assegurando cidadania, acesso à justiça e proteção para todos.”

### **Diálogo**

O senador Paulo Paim, que já atuou como sindicalista, afirmou que inúmeras vezes recorreu à Justiça do Trabalho para solucionar conflitos. “Sou testemunha da atuação da Justiça do Trabalho, que sempre esteve de portas abertas na busca de um diálogo, ouvindo ambas as partes, para que alcançássemos um acordo decente”, afirmou.

### **Participantes**

Participaram da sessão temática representantes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Livre Mercado, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Fonte: TST (Andrea Magalhães, com informações e foto da Agência Senado;CF)

# MTE e Dieese promovem palestra online sobre saúde mental no trabalho nesta quinta-feira (2)

**Evento faz parte das reuniões mensais da Rede de Observatórios do Trabalho e será realizado**



Nesta quinta-feira (2), das 15h às 17h, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) promovem a palestra virtual “Vamos debater o tema da saúde mental?”, que integra as reuniões mensais da Rede de Observatórios do Trabalho.

O evento contará com a participação de três especialistas:

- Juliana Andrade Oliveira – Fundacentro
- Lelita O. Benoit – Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Paul Ferreira – Diretor de Programa Gestão Estratégica da FGV-SP

A palestra abordará os principais desafios relacionados à saúde mental no ambiente de trabalho, promovendo um espaço de debate e troca de experiências.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

O evento é aberto ao público e será realizado de forma online. É necessário realizar inscrição prévia aqui para obter o link de acesso.

Sobre a Rede de Observatórios do Trabalho

A Rede é formada por núcleos locais que produzem estudos e análises sobre o mercado de trabalho, com o objetivo de subsidiar ações do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho. As palestras mensais promovidas pelo MTE e pelo Dieese têm como objetivo ampliar a discussão sobre temas atuais que impactam o mundo do trabalho.

Serviço

**Palestra sobre saúde mental no trabalho**

Data: 2 de outubro (quinta-feira)

Horário: 15h às 17h

Formato: Online

Inscrição: clique aqui para se inscrever:

**[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSebD2lWRY6TZx7w79Lz8x-nG7JndEI\\_VCBTx5z70vsT7lSh4g/viewform?pli=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSebD2lWRY6TZx7w79Lz8x-nG7JndEI_VCBTx5z70vsT7lSh4g/viewform?pli=1)**

FONTE: MTE

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF